**EXMO. SR. DR. JUIZ DO TRABALHO DA xxxxª VARA DO TRABALHO DA COMARCA DE xxxxxx**

**Processo xxxx**

**Nome da RECLAMADA,** já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe que lhe move **nome do** **RECLAMANTE,** por meio do seu advogado, vem à presença de V. Excelência com supedâneo no art. 847 da CLT oferecer **CONTESTAÇÃO** pelos motivos de fato e de direito que seguem abaixo.

1. **SÍNTESE DA INICIAL**

Em apertada síntese o reclamante alega xxxxxx.

Ao final pleiteia xxxxxxxxx.

Apesar dos esforços do reclamante em persuadir este juízo quanto aos direitos reivindicados, é imperativo observar que, na realidade, os acontecimentos se desdobraram de maneira distinta do relatado.

1. **DAS PRELIMINARES**

[...]

1. **DA PREJUDICIAL DE MÉRITO**

[ANALISAR PRESCRIÇÃO]

1. **RESCISÃO INDIRETA INDEVIDA**

O reclamante busca a declaração de rescisão indireta do contrato de trabalho e a consequente obtenção de parcelas rescisórias, alegando infrações por parte da reclamada conforme as alíneas do art. 483 da CLT. Contudo, o pleito carece de procedência pelos motivos a seguir.

O reclamante alega **[...]**

Primeiramente, não há o cometimento de qualquer falta grave pela Reclamada. Nenhuma das condutas alegadas representam violações sérias e irreparáveis.

A reclamada esclarece que **[...]**

Não há qualquer prova robusta da falta cometida pelo empregador, sendo necessário que o trabalhador comprove a gravidade do fato para impossibilitar ou desaconselhar a continuidade do vínculo empregatício.

A reclamada nega qualquer conduta lesão aos direitos da personalidade do reclamante e também nega o descumprimento contratual grave que possa dar ensejo ao pedido de rescisão indireta.

Dessa forma, em caso de não reconhecimento da rescisão indireta, o que se espera, deve ser reconhecido em sentença que a rescisão contratual ocorreu por pedido de demissão na data de seu último dia de trabalho ou a data do ajuizamento da presente reclamatória.

Logo, diante da inexistência de rescisão indireta, não é devido o pagamento de aviso prévio, férias proporcionais e acrescidas de 1/3, gratificações natalinas, FGTS acrescido de multa de 40%, guias do seguro-desemprego, além do saldo de salário, assim como da baixa na CTPS e demais pedidos de verbas do reclamante.

1. **DOS PEDIDOS**

Por todo o exposto e com fundamento na prova contida nos autos e do que mais será instruído, requer:

1. No mérito, requer a IMPROCEDÊNCIA TOTAL DOS PEDIDOS com base nas alegações supracitadas;

Manifesta a intenção de comprovar as alegações por todos os meios de prova permitidos em lei, com ênfase em evidências documentais e depoimentos de testemunhas, sem excluir outras que se revelem necessárias ao longo do processo instrutório.

Termos em que

Pede deferimento

Local e Data

Nome e OAB